

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Larissa de Britto Matos

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SUA EVOLUÇÃO
HISTÓRICA**

Rio de Janeiro
2009

Larissa de Britto Matos

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SUA EVOLUÇÃO
HISTÓRICA**

Monografia apresentada como exigência final da disciplina Monografia II do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof. Dr^a Guaracira Gouvêa

Rio de Janeiro

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SUA
EVOLUÇÃO HISTÓRICA**

Larissa de Britto Matos

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Guaracira Gouvêa
Orientadora - UNIRIO

Profa. Dr^a Carmen Irene C. de Oliveira

Rio de Janeiro
2009

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Heraldo, o segundo pai que Deus me deu. Aquele que me deu a melhor educação, muito amor e conselhos sábios. Por ter acreditado que o meu sonho de estudar em uma universidade federal seria possível e por ainda acreditar que terei um futuro profissional brilhante.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a todas as pessoas que estiveram comigo nesta jornada:

Agradeço primeiramente aquele que me criou e me amou, aquele que sempre esteve ao meu lado, Deus a ti toda honra e glória.

Agradeço ao meu pai que, apesar do pouco tempo que estivemos juntos, foi um guerreiro, um exemplo de vida, me ensinando a lutar e nunca desistir. Foi aquele que me ensinou os verdadeiros valores da vida.

À minha mãe pela sua dedicação e por lutar para nos dar sempre o melhor. Por cada ensinamento e por cada demonstração de amor, por ser uma eterna lutadora.

Aos meus irmãos por estarem sempre ao meu lado compartilhando de todas as etapas da conclusão deste sonho. Agradeço aos meus amigos e a todas aquelas pessoas que passaram pela minha vida durante esta jornada, contribuindo para a minha formação e me dando palavras de animo e força nos momentos mais difíceis.

Sou grata ao Eduardo por ter acreditado no meu potencial e me dado o primeiro estágio que fiz na faculdade, me ensinando grandes coisas. À Tatiana, Alcino e Raquel por terem me ensinado muito e despertado em mim o interesse pela Educação a Distância e por mostrarem que a educação de qualidade existe.

Não poderia deixar de agradecer a minha orientadora, Guaracira Gouvêa, por ter me ensinado tanto durante a minha trajetória na UNIRIO e pela sua dedicação e paciência durante a elaboração desse trabalho.

**“Por tudo o que tens feito
Por tudo o que vais fazer
Por tuas promessas e tudo o que és
Eu quero te agradecer
Com todo o meu ser”**

Dennis Jernigan

RESUMO

A Educação a Distância (EaD) se apresenta como uma das modalidades de ensino que mais têm crescido nos últimos anos. No entanto, sabemos que durante muito tempo foi alvo de preconceitos, sendo vista equivocadamente como uma educação de baixa qualidade. Partindo-se desses pontos, esse trabalho fará um levantamento histórico sobre a Educação a Distância no Brasil, mostrando seus objetivos e seus avanços ao longo dos anos. Verificou-se, ao final deste estudo, que a EaD contribuiu de forma significativa na educação brasileira, particularmente em relação à formação de professores, propagando-se e disseminando uma educação de qualidade para seus adeptos.

Palavras-chave: educação a distância, educação brasileira, levantamento histórico, formação de professores.

ABSTRACT

Distance Education (EAD) is presented as one of the methods of teaching that have grown most in recent years. However, we know that for a long time been the target of prejudice, and mistakenly view as a low quality education. Based on these points, this work will make a historical survey on distance education in Brazil, showing their goals and their progress over the years. It was the end of this study, the EAD has contributed significantly in Brazilian education, particularly in relation to teacher training, propagating and disseminating quality education for their adherents.

Keywords: distance education, education in Brazil, historical survey, training of teachers.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – *Características conceituais da Educação a Distância*

Quadro 2 – *Número de brasileiros em cursos de Educação a Distância*

Quadro 3 – *Principais momentos do desenvolvimento da EaD no Brasil*

Quadro 4 – *Referência à educação a distância em outros artigos da LDB*

Quadro 5 – *Comparação dos Decretos 2.494/98 e 2.561/98*

Quadro 6 – *Comparação dos Decretos 2.494/98 e 5.622/05*

Quadro 7 – *Polos e cursos do CEDERJ*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	15
1.1 - Definição	15
1.2 - Características	17
1.2.1 – <i>Separação no espaço</i>	18
1.2.2 – <i>Separação no tempo</i>	18
1.2.3 – <i>Ambientes virtuais de aprendizagem</i>	19
1.2.4 – <i>Autonomia ou interação?</i>	19
1.2.5 – <i>Público alvo</i>	20
1.2.6 – <i>Material didático</i>	21
1.3 – A EaD ao longo das Ondas	21
2. O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DA EAD NO BRASIL	26
2.1 – O surgimento da EaD no Brasil	26
2.2 – Seu desenvolvimento ao longo dos anos	28
2.3 – A regulamentação da educação a distância	33
2.3.1 – A educação a distância na LDB.....	33
2.3.2 – O decreto 2.494/98	35
2.3.3 – O decreto 2.561/98	35
2.3.4 – O Decreto 5.622/05.....	37
3. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	39
3.1 - Proformação	39
3.1.1 – Estrutura.....	40
3.1.2 – Objetivos	41
3.1.3 – Currículo.....	41
3.1.4 – Avaliação.....	42
3.1.5 – Material utilizado	43
3.2 - UniRed	44
3.2.1 – Objetivos	45
3.2.2 – Os associados.....	45
3.2.3 – Estrutura organizacional	46
3.3 - CEDERJ.....	47
3.3.1 – Objetivos	48
3.3.2 – avaliação	49
3.3.3 – Material didático	49
3.3.4 – Polos	50
3.4 - UAB.....	53

3.4.1 – Objetivos	53
3.4.2 – Como funciona	54
3.4.3 – Estrutura.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	58



INTRODUÇÃO

Temos presenciado uma enorme busca pela Educação à Distância e isso se deve a diversos fatores sociais. Muitos fazem essa busca por não terem tempo de fazer um curso presencial, outros por morarem em locais de difícil acesso e alguns outros para poder conciliar diversas atividades.

Atualmente a EaD se apresenta como uma das modalidades educacionais que mais cresce. De acordo com um levantamento disponibilizado pelo Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (AbraEAD), “em 2007, mais de 2 milhões de brasileiros utilizaram a Educação a Distância”¹.

Mas é do nosso conhecimento que nem sempre a EAD foi vista com bons olhos, sendo alvo de alguns preconceitos, como Garcia nos diz:

Temos que continuar lutando, ainda, contra o preconceito existente com respeito à Educação a distância. Em muitos ambientes ela é vista ou como um facilitário pedagógico para quem não deseja fazer muito esforço ou como uma Educação de segunda categoria para os pobres que não podem (ou não devem) aspirar a uma escolarização de melhor qualidade. Tanto num caso como em outro o preconceito se revela na admissão de que deve existir um tipo de Educação para as elites e um outro para os pobres, que devem se contentar com modelos alternativos de pouca expressão e de baixa valorização social.²

Partindo dessas premissas, esse trabalho busca fazer um levantamento histórico sobre a Educação a Distância no Brasil, mostrando a forma como ela se apresentou e quais eram seus objetivos ao longo dos anos e dos diversos avanços tecnológicos ocorridos.

Com esta pesquisa pretendeu-se mostrar, após um estudo documental, que a EAD tem contribuído de forma significativa para a nossa educação. Espera-se que dessa forma as pessoas possam conhecer um pouco mais da sua história e que possam acabar com os preconceitos que ainda existem.

Ao longo da sua evolução histórica, diversos significados e objetivos foram atribuídos a essa modalidade. Alguns pontos em comum foram encontrados e dentre

¹ Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância, 2008, p.11. Disponível em http://www.abraead.com.br/anuario/anuario_2008.pdf. Acessado em 05/12/09.

² GARCIA, Walter Esteves. **A Regulamentação da Educação a distância no Contexto Educacional Brasileiro**, 2000, p. 71. Disponível em HTTP://www.nead.ufmt.br/documentos/A_regulamentacao_EAD_Garcia_104.doc. Acessado em 05/12/09.

eles podemos citar a separação física existente entre professor/aluno e a possibilidade do aluno montar o seu horário.

Para entendermos melhor a história da EaD no Brasil, se faz necessário, em um primeiro momento, entendermos esses significados e características, buscando uma compreensão do que é verdadeiramente a educação a distância. Dessa forma, o capítulo 1 tem por objetivo fazer essa conceituação. No item 1.1 veremos as diversas definições que surgiram ao longo de sua história. Já o item 1.2 mostrará as características dessa modalidade de ensino. Tendo em vista as diversas evoluções tecnológicas ocorridas e que afetam diretamente a EaD, o item 1.3 irá mostrará essa evolução ao longo das Ondas, divisão essa feita por Litto e Formiga³.

No Brasil, sua história é marcada pelos avanços dos meios de comunicação, mas diferente de outros países seu surgimento é mais recente. Se em alguns países seu surgimento é data em 1728, estudos revelam que no Brasil ela surge somente em 1904. Sendo assim, o capítulo 2 mostrará o surgimento e desenvolvimento da Educação a Distância no Brasil. O item 2.1 mostrará o surgimento da Ead.

Muitos foram os objetivos e as características dos cursos oferecidos. Alguns buscavam qualificar as pessoas para o mercado de trabalho, outros surgem como forma de formar as pessoas em nível básico/EJA, temos ainda os cursos de formação de professores. Sendo assim no item 2.2 é explicado o seu desenvolvimento ao longo dos anos mostrando as principais iniciativas desenvolvidas em nosso País, iniciativas essas que tiveram grande importância para a propagação dessa modalidade no Brasil.

O grande marco dessa modalidade foi o seu reconhecimento e sua legalização como uma forma de ensino e sua autorização para conferir diplomas a seus alunos. Por ser um momento de grande importância para a EaD, o item 2.3 mostrará a sua regulamentação e as principais leis referentes a ela.

Outro ponto que merece destaque na Educação a Distância no Brasil é a sua utilização, enquanto uma modalidade de ensino, para a formação de professores. O principal impulsionador dessa iniciativa foi a exigência feita por lei de que os professores deveriam ter a titulação mínima do ensino médio para poder dar aulas na educação básica. Neste contexto, a educação a distância vem como uma forma

³ LITTO, Frederic M. e FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Ed Pearson, 2009.

de oferecer uma educação superior pública e de qualidade para os professores da educação básica.

Diante dessas exigências algumas iniciativas ocorreram e foram de grande importância para a educação e por isso, no capítulo 4 será abordada a Educação a Distância na formação de professores. Dentre os programas ocorridos, abordaremos no item 4.1 o PROFORMAÇÃO, no item 4.2 o UNIRED, no item 4.3 o CEDERJ e por fim abordaremos no item 4.4 a UAB.

Ao final, teceremos algumas considerações com a intenção de articular aos aspectos sobre EaD apresentados nos outros capítulos.

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Quando falamos em educação a distância muitos conceitos passam por nossa cabeça. Comumente vemos as pessoas se referirem a EaD como uma modalidade em que ocorre a distância física entre o professor e o aluno ou como uma educação que não possui qualidade.

A cada dia a mídia tem divulgado o crescimento e uma maior aceitação por parte das pessoas em relação a essa modalidade. Muitos meios estão sendo utilizados para mediar a sua qualidade, entre eles podemos citar um estudo mostrado pela AbraEAD⁴. Este estudo foi realizado por Ristoff⁵ com base nos resultados do ENADE 2006 onde os alunos a distância apresentaram melhor desempenho que os alunos presenciais em 7 de 13 cursos avaliados.

É importante entendermos o que realmente é a Educação a Distância. Sendo assim este capítulo se propõe apresentar a definição e as características da EaD. Apresentará também outro ponto fundamental para o nosso entendimento sobre a evolução da EaD em nosso País, que é saber como essa modalidade se divide ao longo das ondas que caracterizam as tecnologias utilizadas.

1.1 - Definição

A definição de Educação a Distância é muito ampla, estando diretamente ligada às circunstâncias históricas, políticas e sociais e ao desenvolvimento das tecnologias, modificando-se ao longo dos anos.

Muitas definições foram dadas ao longo dos anos, como podemos observar abaixo:

- Ensino a distância é o ensino que não implica a presença física do professor indicado para ministrá-lo no lugar onde é recebido, ou no qual o professor

⁴ Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância, 2008, p.11. Disponível em http://www.abraead.com.br/anuario/anuario_2008.pdf. Acessado em 05/12/09.

⁵ Dilvo Ristoff, diretor do Departamento de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Inep (Deaes/Inep). O estudo foi realizado em 2007 e é intitulado como "A trajetória dos cursos de graduação a distância".

está presente apenas em certas ocasiões ou para determinadas tarefas.⁶
(Lei francesa, 1971)

- Educação a distância pode ser definida como a família de métodos instrucionais nos quais os comportamentos de ensino são executados em separado dos comportamentos de aprendizagem, incluindo aqueles que numa situação presencial (contígua) seriam desempenhados na presença do aprendente de modo que a comunicação entre o professor e o aprendente deve ser facilitada por dispositivos impressos, eletrônicos e outros.⁷
- Educação a distância é uma relação de diálogo, estrutura e autonomia que requer meios técnicos para mediatizar esta comunicação. Educação a distância é um subconjunto de todos os programas educacionais caracterizados por: grande estrutura, baixo diálogo e grande distância transacional. Ela inclui também a aprendizagem.⁸
- A EaD é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação.⁹
- Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.¹⁰

De acordo com Moore e Kearsley, a definição que é mais utilizada foi feita por Desmond Keegan, no ano de 1980:

O ensino a distância é o tipo de método de instrução em que as condutas docentes acontecem à parte das discentes, de tal maneira que a comunicação entre o professor e o estudante se possa realizar mediante textos impressos, por meios eletrônicos, mecânicos ou por outras técnicas.¹¹

Ele nos mostra que na EaD ocorre uma mediação dos estudos onde é utilizado materiais impressos e tecnológicos, são eles: apostilas, livros, e-mail, dentre outras ferramentas.

Fazendo uma análise de 21 definições formuladas entre os anos de 1967 e 1994, Landim apresenta as principais características comuns em todas elas:

⁶ LEI Francesa. apud BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 24

⁷ MOORE, M. apud BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 25

⁸ Idem, Ibidem, p.26

⁹ MAIA, Carmem e MATTAR, João. ABC da EaD: A educação a distância hoje. 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p. 6.

¹⁰ DECRETO nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D2494.htm. Acessado em 13/09/09

¹¹ MOORE, M. e KEARSLEY, G. Distance education: a systems view. Belmont (USA): Wadsworth Publishing Company, 1996, p. 206.

Quadro 1 – Características conceituais da Educação a Distância

	Incidência em %
Separação professor-estudante	95
Meios técnicos	80
Organização (apoio-tutoria)	62
Aprendizagem independente	62
Comunicação bidirecional	35
Enfoque tecnológico	38
Comunicação massiva	30
Procedimentos industriais	15

Fonte: Landim (1997)¹²

Analisando as principais características conceituais, podemos notar como vai se definindo a EaD: há a separação física entre o professor e o estudante, onde são utilizados meios técnicos e ocorre uma aprendizagem independente.

Outra definição para Educação a Distância é encontrada no Decreto 5.622 de 19/12/2005:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.¹³

Analisando diversas definições vemos alguns pontos em comum: é um ensino que não necessita da presença física do professor e do aluno, onde são usadas diversas ferramentas para mediar o aprendizado e para estabelecer o contato entre o Tutor¹⁴ e o estudante.

1.2 - Características

Analisando a definição de Educação a Distância podemos notar que ela possui algumas características: separação entre o aluno e o professor; estudo autônomo; uso das tecnologias em ambientes virtuais de aprendizagem; material didático diferenciado; público alvo amplo.

¹² LANDIM, C. M. F. apud PIMENTEL, Nara Maria. **Introdução à Educação a Distância**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006, P.13.

¹³ Diário Oficial da União, Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

¹⁴ O Professor tutor é o agente motivador/orientador que irá acompanhar e avaliar o aprendizado do aluno durante todo o processo.

Por julgarmos cada uma dessas características importantes, iremos conceituá-las logo a seguir.

1.2.1 – Separação no Espaço

Uma das características da EaD é a separação física existente entre os alunos e o professor e entre os próprios alunos. Não há uma necessidade de estarem no mesmo espaço físico para que a aprendizagem ocorra.

Em alguns momentos do curso, essa separação deixa de existir. São os chamados Encontros Presenciais, onde os alunos tiram dúvidas e realizam as suas provas como forma de serem avaliados.

1.2.2 – Separação no tempo

A separação temporal está diretamente associada a esta modalidade de ensino. Ela apresenta atividades síncronas, fazendo-se necessário a presença do professor e dos alunos no mesmo horário, como por exemplo, a participação em chats para que as dúvidas sejam sanadas ou para que alguma atividade seja realizada. Mas, existem momentos assíncronos, na maior parte dos casos, onde ocorre a separação do tempo e cada personagem pode montar seu próprio horário de estudos.

Maia e Mattar nos explicam de forma esta separação, dizendo-nos que

o estudo a distância implica, por tanto, não apenas a distância física, mas também a possibilidade da comunicação deferida, na qual o aprendizado se dá sem que, no mesmo instante, os personagens envolvidos estejam participando das atividades.¹⁵

Dessa forma, podemos observar que o estudante a distância tem o seu tempo de aprendizado respeitado. Em alguns momentos ele pode estudar mais e em outros, por diversos motivos, ele pode ter uma disponibilidade menor para estudar. Ou seja, o aluno pode se programar de acordo com as suas necessidades.

¹⁵ MAIA, Carmem e MATTAR, João. **ABC da EaD: A educação a distância hoje**. 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p. 6.

1.2.3 – Ambientes virtuais de aprendizagem

O uso das tecnologias entra na EaD como um meio de superar a distância que envolve o professor e o aprendiz. É uma forma de mediar a aprendizagem, permitindo uma interação entre as partes envolvidas neste processo.

Agora é possível que o aluno não apenas receba o material, mas que interaja por meio das plataformas virtuais de aprendizagem. Sua principal idéia é fazer com que o estudante tenha uma sala de aula semelhante a da educação presencial, buscando uma maior familiarização e oferecendo-lhes mais ferramentas que permitam seu aprendizado.

As mídias utilizadas vão além das apostilas impressas, usando-se vários suportes que vão desde o telefone, e-mail, vídeo, até o uso de plataformas de ensino, como mencionando anteriormente.

1.2.4 – Autonomia ou interação?

É possível que a autonomia e a interação caminhem juntas no processo de aprendizado a distância? Ou será que apenas uma delas se faz presente nesta modalidade de ensino?

Antes de fazermos uma análise é importante sabermos o significado dessas duas palavras. De acordo com Ferreira, interação é “ação de interagir” e autonomia é descrito como “faculdade de se reger ou se conduzir por si próprio”¹⁶.

Quando as primeiras experiências surgiram, a autonomia do estudante era a principal característica da educação a distância. Ocorria o desenvolvimento de uma independência, onde cada sujeito aprendia sozinho e não tinham a necessidade de estarem no mesmo lugar para que isso ocorresse. A interação ocorria através de cartas, o que levava algum tempo para que as dúvidas fossem sanadas ou por meio de encontros em centros de apoio e estudos.

Este cenário se transforma com o surgimento das tecnologias. Elas trazem a possibilidade de maior interação entre alunos e professores em um espaço de tempo menor, possibilitam a flexibilidade de cada sujeito com a sua independência de tempo e diminui a distância transacional.

¹⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986.

Mas o que seria a distância transacional? Maia e Mattar¹⁷ nos dizem que essa distância ocorre como consequência da distância física e temporal existente na EaD, surgindo assim um novo espaço pedagógico psicológico onde ocorre uma forma de se comunicar diferente.

Para que ocorra uma real interação entre os sujeitos é importante considerarmos alguns fatores: o número de alunos por professor; os conteúdos; a estrutura dos programas de ensino, dentre outros.

É importante ressaltar que o perfil dos alunos dessa modalidade mostra que eles são mais autônomos do que os estudantes presenciais e que precisam menos da participação do professor e, em muitos casos, não fazem questão do diálogo.

1.2.5 – Público alvo

O seu público é bem amplo e beneficia desde aquelas pessoas que não podem se deslocar para estudar até aquelas que não possuem um horário flexível por terem que viajar muito a trabalho.

Belloni nos mostra que os estudantes da Educação a Distância vão além dos citados anteriormente quando nos diz que

A clientela de educação aberta e a distância é adulta e em geral trabalha, ou seja, estuda em tempo parcial. Este fato deve necessariamente deslocar o enfoque da formação inicial científica e profissionalizante para a formação ao longo da vida como único caminho para alcançar ou manter condições de competitividade em nível individual ou nacional, numa economia globalizada altamente tecnologizada¹⁸.

Nesse caso, temos profissionais que utilizam a EaD para estarem em constante atualização, tendo assim uma formação continuada e meios para continuar competindo no mercado de trabalho.

Podemos notar que a Educação a Distância atinge diversas pessoas que buscam desde a sua primeira formação até aquelas que pretendem se aperfeiçoar e continuar seus estudos.

¹⁷ MAIA, Carmem e MATTAR, João. **ABC da EaD: A educação a distância hoje**. 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

¹⁸ BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância** 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 42.

1.2.6 – Material Didático

O material didático é outro ponto que merece destaque quando falamos das características da EaD. Apresentado em formato de apostilas ou livros onde os alunos têm acesso aos conteúdos das disciplinas ou de cursos, inicialmente permitia pouca interação entre professor/aluno e aluno/aluno.

Com o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação, o seu formato clássico é modificado tornando-se mais interativo e maleável. Deixa de ser uma mera adaptação de materiais utilizados na educação presencial.

O material didático não pode ser uma simples adaptação daquele já utilizado na educação presencial. Não pode, do mesmo modo constituir-se apenas em 'apostilas' impressas -, mas deve ser preparado especificamente para a utilização a distância e lançar mão de outros suportes ou mídias eletrônicas, seja com a utilização de computadores isolados ou de redes telemáticas.¹⁹

Assim, o material didático passa a utilizar meios digitais que promovem mais interação no processo de ensino/aprendizado. Sua linguagem torna-se mais instrutiva, mais leve para facilitar o entendimento dos estudantes. Ressaltamos que a qualidade do material é mantida, modificando-se apenas a linguagem utilizada, assemelhando a um bate papo, algo mais agradável.

1.3 – A EaD ao longo das Ondas

Ao longo da evolução da história da Educação a Distância, alguns autores dividiram seu desdobramento em gerações e outros em ondas. Neste trabalho, usaremos a divisão feita por Litto e Formiga²⁰, que nos diz que hoje em dia ainda utilizamos formatos pertencentes a todas as ondas.

Nesta divisão o autor considera como ondas a aprendizagem por correspondência, aprendizagem por rádio, aprendizagem por computador sem ligação a rede, aprendizagem por e-learning, aprendizagem por m-learning e aprendizagem por videoconferência. Acrescentarei o uso da televisão por julgar ter sido uma ferramenta muito importante na educação a distância.

¹⁹ VILLARDI, Raquel e OLIVEIRA Eloíza Gomes de. Tecnologia na educação: Uma Perspectiva Sócio-Interacionista. Rio de Janeiro: Dunya, 2005, p.98.

²⁰ LITTO, Frederic M. e FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education de Brasil, 2009.

➤ **Aprendizagem por correspondência**

A primeira onda é caracterizada pela educação por correspondências, surgindo no final do século 19 na Inglaterra. Eram utilizados materiais impressos e enviados pelos correios para seus adeptos. De acordo com Maia e Mattar²¹, essa modalidade tornou-se possível por causa do desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, mas especificamente por causa dos trens e dos correios.

Nessa onda a mediação entre o professor e o aluno era feita através de cartas, com isso tornava-se demorada. Os trabalhos e provas realizados e até mesmo os pagamentos eram feitos através dos serviços prestados pelos correios. O material utilizado era totalmente impresso.

O perfil dos estudantes é traçado por Litto e Formiga²², que nos dizem que a maioria era formada por homens e que suas idades eram entre 25 e 28 anos. Mais da metade constituída por empregados e faziam os cursos como uma forma de progredir e ganhar melhores salários. Os cursos mais populares eram o de técnico em rádio e em televisão e depois os ligados à eletricidade.

Com a evolução dos meios de comunicação e com o surgimento da internet, as operações realizadas pelos correios foram substituídas quase que em totalidade. Hoje essas operações ocorrem no envio do material de didático e em outros poucos casos. A comunicação passou a ser feita através de e-mail e de outros meios instantâneos.

➤ **Aprendizagem por Rádio**

Esta onda surge possibilitando o acesso a uma maior parte da população. As aulas ocorriam em horários estabelecidos e seus alunos se reuniam em torno do rádio para ouvir os ensinamentos.

Nos anos 1960 e 1970, temos cursos caracterizados como instrucionais, onde a linguagem do rádio era pouco explorada e a abordagem utilizada estava acima da possibilidade de acompanhamento de parte dos alunos. Com isso ocorriam grandes evasões.

²¹ MAIA, Carmem e MATTAR, João. **ABC da EaD: A educação a distância hoje**. 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

²² LITTO, Frederic M. e FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education de Brasil, 2009.

Nos anos 1990 esse foco é alterado, não possuindo mais esse caráter de cursos que complementavam a educação básica. Passa-se a ter um sistema de aprendizagem aberta que utilizava o rádio para a “construção de conhecimento significativo sobre cidadania, saúde, educação, meio ambiente, cultura e empreendedorismo”²³.

Neste meio os ensinamentos ocorrem em tempo real, onde seus adeptos devem sintonizar seu rádio em um horário pré-estabelecido. Outra característica importante diz respeito à interação que ocorre através de outros meios, ou seja, para que o aluno interaja é preciso que envie cartas ou que utilize o telefone.

➤ **Televisão**

As primeiras iniciativas educacionais utilizando a TV foram cursos de medicina que a partir de 1937 transmitiam cirurgias e ensino de técnicas médicas por meio de circuitos fechados em diversas universidades.

De acordo com Freitas, as características da televisão permitem que ela se adéque a um ensino mais diversificado, como podemos observar abaixo:

A TV tem uma característica peculiar: poder combinar audição, visão e emoção com grande vantagem para a aprendizagem do estudante. Por causa desta característica, a televisão se adéqua muito bem ao ensino de um número imenso de assuntos, que variam desde arte culinária, desenho, matemática, línguas estrangeiras, engenharia, entre outras.²⁴

Através dessas características podemos entender a diversidade de cursos que foram oferecidos ao longo da história através desse meio. Tivemos desde cursos de ensino médio e técnicos até cursos de pós-graduação destinados a engenheiros, além das já citadas aulas de medicina.

➤ **Aprendizagem por computador sem ligação a rede**

Até hoje, ano de 2009, o CD-ROM é utilizado na educação a distância, sendo utilizado para complementar o material impresso. Isso ocorre por causa das suas características. Ele possui uma capacidade para armazenar 682 MB tornando-se possível incluir textos, vídeos, imagens, e sons; possui uma capacidade alta de

²³LITTO, Frederic M. e FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education de Brasil, 2009, p. 56.

²⁴FREITAS, Kátia Siqueira de. **Um panorama geral sobre a história do ensino a distância**. P. 62. Disponível em <http://www.proged.ufba.br/ead/EAD%2057-68.pdf>. Acessado em 22/11/09.

armazenar e tem sido utilizado para substituir livros, revistas e até mesmo enciclopédias; e por último por estar em meio digital facilita a organização da informação em forma de hipertexto.

Todas essas características tornam o CD-ROM um grande aliado da Educação a Distância. Quando comparado com os materiais impressos, observamos que ele reduz o custo da distribuição do material e torna o aprendizado mais prazeroso por apresentar vídeos e animações. Por outro lado é importante citar a desvantagem do seu uso: ele não permite a interação entre o professor e o aluno.

Atualmente o CD-ROM é utilizado para complementar o material impresso.

➤ **Aprendizagem por e-learning**

Sua principal característica está ligada à mudança do papel do professor, onde a educação deixa de ser centrada nele e em suas aulas. Passa então a ser colaborativa, onde os estudantes constroem o conhecimento em conjunto contribuindo com suas idéias e reflexões, sendo deles a maioria das mensagens postadas na sala de aula virtual.

No ambiente virtual os alunos podem se comunicar diretamente entre eles mesmos; existem também a sua independência temporal e local, onde podem acessar a sala de aula em um horário e local mais adequado para a sua necessidade; e ocorre uma interação na comunicação que é mediada pelo computador, precisando que o aluno tenha um cuidado para escrever de forma clara para que todos entendam aquilo que ele se propôs a dizer.

➤ **Aprendizagem por m-learning**

Com a disseminação dos meios tecnológicos surge o m-learning. Esta modalidade ocorre quando um ou mais sujeitos envolvidos estão em deslocamento contínuo. Esses sujeitos podem estar utilizando aparelhos móveis ou equipamentos fixos no ambiente de aprendizado.

Esta ferramenta utiliza tecnologias de rede sem fio, dos celulares, serviços de correio de voz, serviço de mensagens curtas – sms, e-mail, multimídia message service – MMS, dentre outros.

Analisando suas características e ferramentas, podemos observar que ele promove o acesso aos conteúdos didáticos em qualquer lugar; as possibilidades

de estudar são maiores; fornece meios para métodos inovadores de ensino e treinamento; e uma maior quantidade de ferramentas para estudo.

➤ **Aprendizagem por videoconferência**

Criada para ser uma ferramenta utilizada na comunicação empresarial e em reuniões empresarias, passou a ser utilizada na educação a distância por ser uma ferramenta que mais se aproximava de uma sala de aula presencial.

A videoconferência permite a comunicação entre grupos que estão em locais diferentes, mas que podem interagir uns com os outros em tempo real. Essa comunicação é feita em áudio e vídeo, utilizando-se câmeras, microfones, computador, internet, televisão e outras ferramentas.

As aulas nessa modalidade podem ocorrer de duas formas. Na primeira o professor e os alunos se reúnem em uma sala de aula e se comunicam com outros alunos que estão em outras salas. Na segunda forma, o professor transmite a aula a partir de uma sala de aula ou de um computador para alunos que estão dispostos em salas ou em computadores individuais equipados por câmeras e microfones.

CAPÍTULO II

O surgimento e o Desenvolvimento da EaD no Brasil

Uma das primeiras notícias que se tem dessa modalidade no mundo é datada no ano de 1728. Foi um anúncio de aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips, professor de taquigrafia, onde ele enviava lições toda semana para os alunos inscritos: "Toda pessoa da região, desejosa de aprender esta arte, pode receber em sua casa várias lições semanalmente e ser perfeitamente instruída, como as pessoas que vivem em Boston". *Referência?*

Em 1856, os professores Charles Toussaine e Gustav Laugenschied, patrocinados pela Sociedade de Línguas Modernas, ensinam Francês por correspondência. Essa iniciativa é considerada por alguns autores como a primeira instituição que aplicou, verdadeiramente, o ensino por correspondência.

Mas, no Brasil, como ela surgiu? Como a EaD se desenvolveu ao longo dos anos? Neste capítulo mostraremos o desdobramento da Educação a Distância no Brasil falando das suas principais iniciativas ao longo dos anos, mostraremos também a sua Regulamentação no Brasil.

2.1 – O Surgimento da EaD no Brasil

Sua evolução é marcada, tanto no Brasil quanto nos outros Países, pelo surgimento e pelos avanços dos meios de comunicação. Em um primeiro momento temos, por exemplo, a educação por correspondência que juntamente com os correios e com os meios de transporte se tornou um método de ensino possível de ser aplicado. Segundo Landim²⁵, a Educação a Distância já é modelo de aprendizagem utilizado em praticamente todo o mundo.

Porém sua história no Brasil é mais recente. Estudos revelam que a Educação a Distância iniciou-se no Brasil em 1904 quando uma instituição norte-americana instalou-se em nosso País oferecendo cursos por correspondência. Seu público alvo eram pessoas que buscavam empregos no setor de comércio e serviços.

²⁵ LANDIM, C. M. F. apud PIMENTEL, Nara Maria. *Introdução à Educação a Distância*. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.

Mas seu marco foi à criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923. Era um programa que transmitia literatura, radiotelegrafia e telefonia e ensino de Línguas Estrangeiras. É considerada como uma ação pioneira no campo da EAD.

Muitas outras iniciativas se desenvolveram ao longo dos anos e tiveram muita importância na propagação da EaD em nosso País, como poderemos observar no item 2.2.

Um estudo realizado pela AbraEAD²⁶, nos revela que o número de estudantes e de instituições credenciadas tem crescido muito. De acordo com o estudo o número de alunos da EaD cresceu no últimos três anos 213% e o número de instituições credenciadas 54,8%. No quadro a baixo podemos observar o número de brasileiros em curso de Educação a Distância:

Quadro 2 – Número de brasileiros em cursos de Educação a Distância²⁷

Projeto ou pesquisa	Nº de alunos
Instituições credenciadas (AbraEAD/2008)	972.826
Educação corporativa (AbraEAD/2008)	582.985
Senai*	53.304
Sebrae	218.575
Senac	29.000
CIEE	148.199
Fundação Bradesco	164.866
OI Futuro	175.398
Secretaria de Educação a Distância do MEC**	8.552
Governo do Estado de São Paulo	119.225
Fundação Telefônica	9.000
Fundação Roberto Marinho***	22.553
TOTAL	2.504.483

Fonte: as próprias instituições citadas e AbraEAD/2008.

* Exclui alunos em cursos autorizados oficialmente, informados em outro item.

** Exclui o projeto Mídias na Educação (20 mil alunos), já informado pelas instituições credenciadas.

*** Exclui alunos do Telecurso 2000.

O perfil dos alunos é traçado por essa mesma pesquisa a partir de dados levantados nas instituições de ensino superior, o qual solicitou dados sobre o perfil socioeconômico dos estudantes. Os resultados apontam o perfil que muitos outros

²⁶ Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância, 2008, p.15. Disponível em http://www.abraead.com.br/anuario/anuario_2008.pdf. Acessado em 05/12/09.

²⁷ Idem, Ibidem.

autores já havia traçado ao longo dos anos, mostrando-nos que esse estudante na maioria dos casos é casado e com filhos.

Tal estudo nos mostra que nos cursos de educação básica/técnica/EJA a maioria dos alunos são homens e nos cursos de graduação e pós, as mulheres são a maioria. Em relação à idade, temos um perfil de alunos mais velhos onde prevalece o número de alunos com mais de 30 anos.

Podemos observar que no Brasil a EaD surge como uma alternativa para resolver os problemas enfrentados pelo sistema educacional. A maioria de seus programas é direcionado “ao aperfeiçoamento, capacitação e apoio a iniciativas que visam à complementação dos estudos nos níveis fundamental e médio, e em políticas públicas de formação de trabalhadores em empresas da iniciativa privada”²⁸.

A Ead, dessa forma, apresenta-se como um meio alternativo e secundário, buscando suprir de forma rápida a defasagem na educação dos trabalhadores.

2.2 – Seu desenvolvimento ao longo dos anos

Muitas iniciativas se desenvolveram ao longo dos anos e tiveram muita importância na propagação da EaD em nosso País, como podemos observar no quadro a baixo:

Quadro 3 – Principais momentos do desenvolvimento da EaD no Brasil

1904	Ensino por Correspondência
1923	Educação pelo Rádio
1939	Instituto Monitor
1941	Instituto Universal Brasileiro
1947	Universidade do Ar (SENAC e SESC)
1961	Movimento de Educação de Base
1965	Criação das TVs educativas pelo poder público
1967	Projeto Saci (INPE)
1970	Projeto Minerva
1977	Telecurso (Fundação Roberto Marinho)

²⁸ GOUVÊA, Guaracira e OLIVEIRA, Carmem Irene. **Educação a Distância na Formação de Professores**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006, p. 40.

1985	Uso do Computador <i>stand alone</i> ou em rede local nas universidades
1985	Uso de mídias de armazenamento (videoaulas, disquetes, CD-ROM etc.) como meios complementares
1989	Criação da Rede Nacional de Pesquisa (uso de BBS, Bitnet e e-mail)
1990	Uso intensivo de teleconferências (cursos 'via' satélite) em programas de capacitação a distância
1991	Salto para o Futuro
1994	Início da oferta de cursos superiores a distância por mídia impressa
1995	Fundação da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) Disseminação da internet nas instituições de Ensino Superior via RNP
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Criação da Secretaria de Educação a Distância (Seed)
1997	Criação de ambientes virtuais de aprendizagem Início da oferta de especialização a distância, via internet, em universidades públicas e particulares
1998	Decretos e portarias que normatizam a EaD
1999	Criação de redes públicas e privadas para cooperação em tecnologia e metodologia para uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na EaD Credenciamento oficial de instituições universitárias para atuar em educação a distância
2000	Fundação do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj)
2005	Universidade Aberta do Brasil (UAB)
2006	Congresso do ICDE no Rio de Janeiro

Fonte: Maia e Mattar²⁹

Algumas dessas experiências merecem destaques para podermos entender um pouco melhor dos caminhos da EaD. A seguir descrevo algumas delas:

Rádio Monitor - 1939

O Instituto Radiotécnico Monitor, mais conhecido como Instituto Monitor, foi criado em 1939 por Nicolas Goldberger um húngaro que estava fugindo do nazismo e que se instalou em São Paulo. Nicolas decidiu criar um curso onde pudesse colocar em prática seus conhecimentos em eletrônica.

Era constituído por apostilas que continham ensinamentos sobre eletrônica e por um kit e ao final o aluno seria capaz de construir um rádio caseiro. O curso era

²⁹ MAIA, Carmem e MATTAR, João. **ABC da EaD: A educação a distância hoje**. 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p. 32.

totalmente a distância, sendo realizado através de correspondências, desde os exercícios até o aproveitamento dos alunos.

De acordo com o site³⁰ do Instituto Monitor, até hoje 5 milhões de alunos se matricularam nos seus cursos e atualmente eles contam com 32 mil alunos matriculados em vários lugares do Brasil.

Instituto Universal Brasileiro – 1941

Foi criado em 1941 por um ex-sócio do Instituto Monitor. É sediado em São Paulo e possui filial no Rio de Janeiro e em Brasília, oferecendo cursos profissionalizantes, técnicos e supletivos.

O principal material utilizado em seus cursos são apostilas enviadas por correios para seus alunos. Atualmente foi criado a Uniub, que oferece cursos online substituindo dessa forma o material impresso e os correios, pois são feitos através da internet e os contatos através de email.

Durante a sua história já se formaram, de acordo com sua página eletrônica³¹, mais de 4 milhões de pessoas e hoje possui 200 mil alunos matriculados em seus cursos.

A voz da profecia - 1943

Iniciou-se em 1929 nos Estados Unidos, onde eram transmitidas séries bíblicas através do rádio. No ano de 1943 começam a gravar e transmitir programas em português no Brasil. Foi o primeiro programa religioso apresentado através de rádio no Brasil.

A experiência transformou-se no Sistema Adventista de Comunicação, incluindo a Rede Novo Tempo de Rádio, Rede Novo Tempo de TV, o programa Está Escrito e A Voz da Profecia. Atualmente, é transmitido em mais de 1000 emissoras de rádio no Brasil.

Universidade do Ar - 1947

Em 1947, o Senac, SESC e algumas emissoras associadas criam a Universidade do Ar. O objetivo da Universidade era oferecer cursos comerciais radiofônicos. O projeto durou até 1961.

³⁰ <http://www.institutomonitor.com.br/>. Acessado em 29/11/09.

³¹ <http://www.institutouniversal.com.br/>. Acessado em 29/11/09.

MEB – 1961

O MEB foi criado pela Igreja Católica em 1961, possuía uma concepção humanista e utilizava os princípios da educação libertária de Paulo Freire. Seus cursos eram formulados com base na realidade do público alvo e possuía um caráter instrucional.

Sua missão era buscar a superação da exclusão social, formando jovens e adultos através de programas de educação popular que formassem a classes populares para a cidadania.

Projeto Saci – 1967

Foi uma iniciativa em caráter experimental realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Especiais – INEP, no ano de 1967. O objetivo do projeto era a criação de um sistema de telecomunicações utilizando o satélite. Seria uma forma de utilizar os meios de comunicação para prestar serviços educacionais. O projeto foi encerrado em 1976.

Projeto Minerva - 1970

Em 1970 o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura cria o Projeto Minerva. Seus cursos eram oferecidos nos horários gratuitos que as emissoras comerciais tinham obrigação de oferecer aos programas educativos. Sua transmissão ocorria de segunda a sexta, sendo 30 minutos por dia totalizando uma carga horária semanal de 5 horas.

Eram oferecidos cursos supletivos destinados a adolescentes e adultos, orientação profissional e uma programação cultural de interesse geral. Foi oferecido como forma obrigatória até o final dos anos 80.

Telercurso - 1977

Em nosso país surge na década de 1970 o Telecurso 2º grau a partir de uma parceria firmada entre a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Padre Anchieta. Em 1981 a Fundação Roberto Marinho firma um acordo com a Fundação Bradesco e começa o Telecurso 1º Grau.

Mas seu marco ocorre com a criação do Telecurso 2000 através de uma parceria entre a Fundação Roberto Marinho e a Federação das Indústrias de São

Paulo - FIESP. Surge em um quadro de baixa escolaridade, onde boa parte da população possuía uma escolaridade inferior a 5ª série do Ensino Fundamental. Seu objetivo era reverter esse quadro, oferecendo formação fundamental e média.

No Telecurso 2000 as aulas não eram apenas transmitidas pela TV, passando a ter uma modalidade presencial. Dessa forma sua metodologia passa a ser utilizadas em escolas públicas e privadas. Os alunos se reúnem em “telessalas” onde as aulas eram transmitidas pela televisão e depois os temas eram aprofundados através de livros e debates mediados por um professor-orientador.

Em sua página eletrônica³² encontramos alguns dados que nos mostram a dimensão e a importância desse programa em nosso país:

- Mais de 27 mil telessalas;
- Mais de 5 milhões de pessoas beneficiadas;
- 30 mil professores capacitados;
- 1.500 instituições parceiras; e
- 24 milhões de livros distribuídos.

Salto para o futuro – 1991

Inicialmente conhecido como “Jornal da Educação – Edição do Professor” foi criado pela Fundação Roquette Pinto em 1991. Em 1992 passa a se chamar Um Salto para o Futuro e em 1995, passa a ser conhecido como Salto para o Futuro. Neste mesmo ano passa a integrar a TV Escola, dispondo de uma das faixas da programação do canal.

É um programa destinado à formação e ao aperfeiçoamento de professores e alunos do magistério, dentre seus objetivos destacamos o debate das tendências educacionais como forma de contribuir para a reflexão da prática dentro das salas de aula.

É utilizado material impresso, TV, telefone, fax, internet, atrelando-se a encontros presenciais nas telessalas que são mediados por um orientador de aprendizagem. Os programas são apresentados ao vivo permitindo a interação entre os professores presentes nas telessalas.

³²

<http://www.telecurso2000.org.br/telecurso/index.htm#/main.jsp?lumPagelId=40288187141C7E3201141CBAC4D40CB3>. Acessado em 27/11/09.

2.3 – A regulamentação da Educação a distância

Um grande avanço para esta modalidade foi a sua legalização no ano de 1996 pela LDB. A partir deste momento passa a ser considerada como uma forma de ensino e passa a poder conferir diplomas a seus alunos.

Por ser um momento de grande importância, iremos analisar a LDB e os Decretos que permitiram esse avanço importantíssimo.

2.3.1 – A Educação a distância na LDB

O marco da Legitimação da EAD no Brasil foi no ano de 1996 quando a LDB a institucionalizou em alguns níveis. Até então ela era vista como uma alternativa em casos específicos e não apresentava certificação. Transcrevo, abaixo, o texto na íntegra:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.³³

A partir do artigo citado, a EaD passa a ser regulamentada e a apresentar certificação. Outro ponto importante que podemos notar é referente à preocupação com a qualidade desta modalidade: há um cuidado tanto para o credenciamento e autorização das instituições que oferecerão educação a distância, como com o acompanhamento da qualidade da oferta dos cursos.

O artigo 80 nos traz duas expressões ao longo do seu texto: “educação a distância” e “ensino a distância”. É importante frisarmos que essas expressões

³³ LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Artigo 80. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acessado em 13/09/09.

possuem significados distintos e podem ser bem definidas a partir da visão de Moran:

Há uma preocupação com ensino de qualidade mais do que com a educação de qualidade. Ensino e educação são conceitos diferentes. No ensino se organizam uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a que compreendam áreas específicas do conhecimento (ciências, história, matemática). Na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade³⁴.

Encontramos ainda na LDB, em outros artigos, referências à educação a distância. Referências essas que ora são feitas de forma direta, ora são feitas de forma indireta como podemos ver na tabela abaixo:

Quadro 4 – Referência à educação a distância em outros artigos da LDB

Artigos
Art. 32, §4º. O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.
Art. 37, §1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.
Art. 47, §3º. É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.
Art. 87, §3º. O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados; III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância.

Fonte: Lei 9.394/96³⁵

³⁴ MORAN, Jose Manuel apud ARAÚJO, Isaias Luis Júnior. **Gestão Legal da Educação a Distância no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009, p. 63.

³⁵ LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Artigo 80. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acessado em 13/09/09.

2.3.2 – O Decreto 2.494/98

O Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 veio para regulamentar o Art. 80 da LDB. É composto por 12 artigos que descrevem as normas para a Educação a Distância.

Logo no seu início temos a definição da EaD como uma

forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação³⁶.

Nessa definição não é explicitado o papel desenvolvimento pelo professor nem pelos alunos. É levado em consideração somente o papel das TICs e a auto-aprendizagem que essa modalidade possibilita ao seu estudante.

Um dos pontos abordados pelo Decreto e que é muito importante para a Educação a Distância é a determinação de que o Diploma obtido nessa modalidade tem validade nacional. É citado, também, que poderão ocorrer transferência e aproveitamento de créditos entre a Educação a Distância e a Educação Presencial.

É importante citar que o presente Decreto aborda questões referentes ao oferecimento da EaD, seu diploma, seu credenciamento e a forma de avaliação.

2.3.3 – O Decreto 2.561/98

O Decreto 2.561, de 27 de Abril de 1998 foi promulgado para alterar a redação dos artigos 11 e 12 do Decreto 2.494/98, que regulamentava o art. 80 da Lei 9.394/96. É composto por apenas 2 artigos sendo o primeiro referente à alteração das redações e o segundo sobre a sua vigência.

Quadro 5 - Comparação dos Decretos 2.494/98 e 2.561/98

	Decreto 2.494/98	Decreto 2.561/98
Artigo 11	Fica delegada competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em conformidade ao estabelecimento nos art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº. 200 de 25 de	Fica delegada competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em conformidade ao estabelecido nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº. 200, de 25 de

³⁶ BRASIL. Educação a Distância. Decreto n, 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.

	fevereiro de 1967, para promover os atos de credenciamento, de que trata o § 1º do art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das Instituições de educação profissional e de ensino superior dos demais sistemas.	fevereiro de 1967, para promover os atos de credenciamento de que trata o § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das Instituições de educação profissional em nível tecnológico e de ensino superior dos demais sistemas.
Artigo 12	Fica delegada competência às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino de que trata o art. 80 da Lei 9.394, para promover os atos de credenciamento de Instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições, para oferta de cursos a distância dirigidos à educação de jovens e adultos e de ensino médio.	Fica delegada competência às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino de que trata o art. 8º da Lei 9.394, de 1996, para promover os atos de credenciamento de Instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições, para oferta de cursos a distância dirigidos à educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico.

Fonte: Araújo³⁷

Araújo nos mostra que o artigo 11 do primeiro Decreto, não fazia distinção entre o ensino técnico e tecnológico, subordinando-os ao sistema federal de ensino. Entretanto é de nosso conhecimento que a regulamentação do nível técnico é de responsabilidade do Estado. Sendo assim, o Decreto 2.565/98 vem para corrigir essa distorção, definindo que somente a Educação Profissional Tecnológica e o Ensino Superior serão de responsabilidade do Governo Federal.

A Educação de Jovens e Adultos e o Ensino médio são apresentados no decreto 2.494/98 como competência dos sistemas estadual e municipal, ficando a Educação Profissional de fora já que a mesma seria de responsabilidade da instância Federal. Com o Art. 12 do Decreto 2.561/98, a Educação Profissional de nível técnico, juntamente com o EJA e com o Ensino médio, passa a ser responsabilidade dos demais sistemas de ensino.

Vemos assim que o presente Decreto vem para fazer alterações referentes aos ensinos Técnico e Tecnológico da Educação Profissional.

³⁷ ARAÚJO, Isaias Luis Júnior. **Gestão Legal da Educação a Distância no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009, p. 106.

2.3.4 – O Decreto 5.622/05

O Decreto 5.622/05 revogou os Decretos 2.494/98 e 2.561/98, passando assim a regulamentar o artigo 80 da LDB. A primeira mudança que podemos citar é referente a definição da Educação a distância.

Quadro 6 – Comparação dos Decretos 2.494/98 e 5.622/05

	Decreto 2.494/98	Decreto 5.622/05
Artigo 1º	Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.	Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Observamos que no primeiro decreto a EaD é caracterizada como uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem por meio de recursos didáticos. A partir de 2005 ela passa a ser uma modalidade que utiliza as TICs para a mediação didático-pedagógica do ensino e do aprendizado e menciona o papel dos professores e alunos nesse processo.

No Art. 2 podemos notar que está descrito de forma clara e não mais superficial, como na LDB, os níveis e modalidades que poderão adotar a educação a distância.

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I – educação básica, nos termos do art. 30 deste decreto;

II – educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

III – educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

IV – educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

- a) técnicos, de nível médio; e
- b) tecnológicos, de nível superior;

V – educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

- a) seqüenciais;
- b) de graduação;
- c) de especialização;
- d) de mestrado; e
- e) de doutorado.³⁸

Se antes tínhamos a institucionalização em apenas alguns níveis, agora temos uma abrangência maior. No que se refere à avaliação, o Art. 4º nos diz que as notas obtidas nos exames presenciais obrigatórios devem ter mais peso que os demais resultados obtidos em avaliações feitas a distância.

Outra mudança significativa é relacionada à organização dos cursos. Em 98 os cursos a distância tinham um regime especial e uma flexibilidade relacionada a admissão, horários e duração, sem nenhum prejuízo ligado aos objetivos e diretrizes curriculares fixadas nacionalmente, agora passar a ter uma nova norma a ser seguida:

Art. 3º A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional.

§ 1º Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.³⁹

Ocorre uma mudança na flexibilização dos cursos a distância, passando a ser obrigatório que sejam estruturados com a mesma duração dos cursos presenciais, assim como de momentos presenciais para a realização de avaliações, estágios e defesa de trabalhos de conclusão de curso. Mudanças essas que podem ser entendidas como uma forma mais rígida e de controle em relação a EaD.

É notório o avanço que temos quando analisamos o presente Decreto. Vemos que as normas a serem seguidas se apresentam de forma bastante clara e que a EaD passa a abranger outros níveis de ensino.

³⁸ DECRETO nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Artigo 2. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acessado em 13/09/09

³⁹ DECRETO nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Artigo 3. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acessado em 13/09/09.

CAPITULO III

A Educação a Distância na Formação de Professores

No desenvolvimento da Educação a Distância no Brasil, tivemos iniciativas muito importantes voltadas para a formação de professores do sistema público de ensino. Iniciativas que buscaram a ampliação da oferta da Educação Superior Pública e de qualidade.

Um dos propulsores foi à exigência estabelecida pela Legislação de que os professores deveriam ter a titulação mínima do Ensino médio para poder exercer a sua função na educação básica. Até então, esse não era o quadro que o nosso País apresentava, tínhamos muitos professores que não cumpriam esse requisito.

Neste capítulo serão abordadas as principais iniciativas voltadas para a formação de professores na educação a distância.

3.1 – PROFORMAÇÃO

O Programa da Secretaria de Educação a Distância, PROFORMAÇÃO, é um curso com duração de dois anos para a formação em nível médio, com habilitação Normal, para professores que não possuem o nível médio de ensino e lecionam nas quatro séries iniciais do ensino fundamental, classes de alfabetização ou na Educação de Jovens e Adultos das redes públicas de ensino.

Foi criado em 1997 a partir de parcerias entre a Secretaria de Educação a Distância, o Fundo de Fortalecimento da Educação, Estados e Municípios. O principal motivo que impulsionou este Programa foi a preocupação em cumprir as exigências que a LDB trazia de que a titulação mínima, para o exercício nas quatro séries do ensino fundamental, seria em nível médio e além disso tinha também a exigência da Lei do FUNDEF que estabelecia um prazo de 5 anos para que os Estados e Municípios formassem seus professores em nível médio e que para isso poderia usar os recursos do Fundo.

Um projeto piloto foi desenvolvido e em 1999 a primeira turma foi iniciada nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul formando 1.323 professores em 2001. O Programa expandiu sua oferta, em 2000, para os Estados do Acre, Alagoas,

Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Sergipe e Tocantins, são os chamados grupos I e II.

Em 2002, iniciou-se o grupo III que envolvia os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Sergipe. A expansão do Programa para o Brasil todo só ocorreu em 2004, quando já tinham sido formados mais de 30.000 professores, de acordo com informações contidas no site do Proformação.

3.1.1 – Estrutura

É dividido em atividades individuais e coletivas que ora são realizadas a distância e ora são realizadas presencialmente. Conta também com Serviços de aprendizagem desenvolvidos pelos professores formadores e por Tutores. Abaixo podemos observar como essa divisão ocorria:

As atividades individuais:

- Estudo baseado no Guia de Estudos;
- Exercícios que verificam a aprendizagem de cada módulo. É respondido no Caderno de Verificação da Aprendizagem a cada quinze dias;
- Elaboração de um Memorial, onde o Professor Cursista faz uma auto-avaliação e reflexão sobre seus avanços;
- Prática Pedagógica;
- Projeto de Trabalho que deve ser realizado através de uma pesquisa e/ou de uma ação pedagógica de um aspecto de sua realidade local.

Já as atividades coletivas são divididas em quatro partes:

- Fase Presencial realizada a cada quinze dias, com um total de 76 horas;
- Encontros quinzenais aos sábados onde os cursistas têm a oportunidade para tirar dúvidas, onde o Tutor pode acompanhar o desempenho dos alunos dentre outras coisas;
- Reforço para as Provas Bimestrais, realizado com a finalidade de fazer uma revisão e de esclarecer possíveis dúvidas;

- Feira de Cultura e Ciência: os cursistas apresentam, ao final de cada módulo, atividades que realizaram com seus alunos durante o curso.

Temos ainda os Serviços de apoio à aprendizagem:

- Tutoria: é responsável pelo acompanhamento das atividades dos cursistas e é desenvolvida pelo Tutor juntamente com o apoio e o acompanhamento da Agência Formadora;
- Plantão Pedagógico: esclarecimento de dúvidas que pode ser feito por meio de um serviço telefônico gratuito ou de forma presencial.

3.1.2 – Objetivos

O principal objetivo deste programa é formar os professores, que estão em exercício, com a Titulação mínima exigida por Lei. Transcreverei, abaixo, os objetivos gerais retirados do site do Proformação:

- Habilitar para o magistério, em nível médio, na modalidade Normal, os professores que exercem atividades docentes nas séries iniciais, classes de alfabetização do Ensino Fundamental, ou Educação de Jovens e Adultos – EJA -, de acordo com a legislação vigente;
- Elevar o nível de conhecimento e da competência profissional dos docentes em exercício;
- Contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e do desempenho escolar dos alunos nas redes estaduais e municipais do Brasil;
- Valorizar o Magistério pelo resgate da profissionalização da função docente e melhoria da qualidade de ensino.⁴⁰

É notório que, além da preocupação em atender as exigências da Lei, esses objetivos demonstram claramente a preocupação em melhorar a qualidade do ensino em nosso País e o desempenho dos alunos matriculados na rede pública de ensino.

3.1.3 – Currículo

O Proformação possui um currículo dividido em seis áreas temáticas, são elas de base nacional do Ensino Médio e de formação pedagógica. Na primeira temos

⁴⁰ <http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/objetivos.asp>. Acessado em 12/10/09.

Linguagens e Códigos; Identidade, Sociedade e Cultura; Matemática e Lógica; Vida e Natureza. Já na segunda os alunos estudaram os Fundamentos da Educação e a Organização do Trabalho Pedagógico. Além dessas áreas temáticas há a Língua estrangeira – a escolha da língua é definida pelo Estado, os eixos integradores e o projeto de trabalho.

Podemos observar que tanto no currículo do Programa quanto nas atividades que serão desenvolvidas que a prática dos professores cursistas – são os alunos que estão fazendo este curso – são consideradas e valorizadas. Há uma preocupação em compartilhar experiências e buscar uma melhorar na prática docente de cada um.

3.1.4 – Avaliação

Os Professores Cursistas são avaliados durante todo o processo de formação, alternando momentos presenciais e momentos a distância. Avaliações essas que vão desde uma auto-avaliação até uma a realização de provas e elaboração de um Projeto de Trabalho. Descrevo, abaixo, os instrumentos utilizados para tal fim:

- Caderno de Verificação de Aprendizagem – consiste em um conjunto de exercícios que tem a finalidade de verificar a aprendizagem e é respondido durante o estudo dos módulos. As questões são respondidas de forma individual e entregues durante o Encontro Quinzenal para o Tutor.
- Prova Bimestral – Provas aplicadas bimestralmente e respondidas de forma individual e sem consulta. São corrigidas pelos Professores Formadores. Caso o aluno não obtenha o desenvolvimento mínimo, poderá realizar a recuperação ou prova final, de acordo com cada caso.
- Prática Pedagógica – O Tutor observa, todo mês, as atividades desenvolvidas pelos Professores Cursistas na sua prática pedagógica na escola em que trabalha.
- Plano de Aula – O PC elabora um planejamento das atividades que irá realizar em sua sala de aula. E, quinzenalmente, submete o seu plano de aula para avaliação de seu Tutor.

- Memorial – Quinzenalmente é elaborado, pelo Professor Cursista, um documento onde descreve a sua evolução nos módulos e as suas práticas pedagógicas. É uma forma de se auto-avaliar e de refletir sobre os seus avanços como aluno. Este memorial é submetido a avaliação do Tutor.
- Projeto de Trabalho – O Professor Cursista deve elaborar o seu Projeto de Trabalho que é composto por um Pré-Projeto, Relatório Parcial e Relatório Final. É importante que esse trabalho seja desenvolvido de forma clara e apresentar seus objetivos, objeto de estudo, metodologia e os aspectos que seus alunos irão desenvolver. Será avaliado pelo Tutor juntamente com o acompanhamento da Agência Formadora.

3.1.5 – Material utilizado

O Programa utiliza materiais didáticos e materiais que servem de apoio à sua implementação. No início do curso os Cursistas e seus Tutores recebem um Guia Geral e um Manual de implementação do PROFORMAÇÃO.

Rocha⁴¹ nos fala que todo o material utilizado no programa passou por um processo de construção participativo, onde os alunos, no decorrer do curso, apontavam as questões que não ficaram claras ou que deveriam ter um melhor detalhamento. Esse processo ocorreu apenas na fase Piloto do programa, onde o mesmo estava sendo testado para posteriormente ser implementado.

Os materiais utilizados para fins didáticos eram os seguintes:

- Guia de Estudos – 32 guias que contêm textos para serem utilizados nos estudos, orientações que visam uma melhora na prática pedagógica e algumas sugestões para os alunos utilizarem em suas salas de aula;
- Caderno de Verificação da Aprendizagem – 32 cadernos de exercícios das áreas temáticas do Programa;
- Fitas de vídeos – 32 fitas que englobam os conteúdos de todas as áreas temáticas do Programa, exemplos de situações de prática pedagógica e propostas de atividades ligadas a prática docente.

⁴¹ ROCHA, Simone Albuquerque da. Os professores leigos e o PROFORMAÇÃO: uma alternativa possível a partir do projeto piloto de Mato Grosso. Marília, SP: 2001.

Além dos materiais didáticos, são utilizados materiais que visam dar apoio à implementação do PROFORMAÇÃO:

- Guia geral onde é descrito todas as informações do curso;
- Manual de operacionalização que contém a estrutura organizacional e os processos de implementação do Programa;
- Manual do Tutor;
- Textos de apoio ao Tutor;
- Texto de apoio da Agencia Formadora;
- Informações sobre o Acordo de Participação;
- Cartilha de procedimentos financeiros da Agencia;
- Cartilha do Sistema de Informações do Proformação;
- Vídeo de capacitação do Tutor.

3.2 – UniRed

A Associação Universidade em Rede – UniRed foi criada em dezembro de 1999 através de um consórcio interuniversitário. Seu principal objetivo era oferecer o acesso ao Ensino Superior Público, ampliando a sua oferta e combatendo dessa forma as desigualdades existentes na educação superior.

Esse consórcio contava com a participação de 82 instituições públicas de ensino superior e 07 consórcios regionais, que juntos buscavam ampliar o acesso a educação pública por meio de cursos de graduação, pós-graduação e extensão, oferecidos a distância.

Em seu site é descrita como uma

Instância de articulação de ações implementadas pelas universidades consorciadas visando favorecer o processo cooperativo na produção de materiais didáticos, inovar os projetos político pedagógico dos cursos, democratizar o acesso ao ensino superior público e a formação continuada e inovar em termos de produção de material reduzindo as distâncias regionais e interinstitucionais, criando um espaço aberto propício ao diálogo e à livre cooperação de materiais didáticos, programas e de recursos multimídia.⁴²

⁴² http://www.unirede.br/index.php?option=com_content&view=article&id=43&Itemid=27. Acessado em 12/10/09.

É importante ressaltar que a UniRed busca a democratização do acesso ao Ensino Superior Público através da oferta de cursos a distância mas o seu principal foco é a formação de professores da rede pública de ensino.

3.2.1 – Objetivos

Seus objetivos são descritos em seu Estatuto da seguinte forma:

Art. 4º - A UniRed tem por finalidade promover o desenvolvimento científico e tecnológico da Educação a Distância, e por objetivos:

- a) desenvolver, mediante parcerias com instituições públicas e privadas, projetos de ensino, pesquisa e extensão ligados à Educação a Distância;
- b) promover estudos e pesquisas na área da Educação a Distância e suas relações com a sociedade;
- c) incentivar e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos relacionados à Educação a Distância nas suas mais variadas formas;
- d) difundir informações, experiências e projetos de Educação a Distância à sociedade;
- e) promover a interlocução, articulação e interação entre os mais variados setores para a proposição de políticas públicas que visem a democratização de acesso à educação por meio da Educação a Distância; e
- f) atuar na melhoria dos programas e dos cursos ofertados pelas instituições associadas, no sentido de implementar medidas e padrões de qualidade em Educação a Distância.⁴³

Podemos notar que suas ações buscam uma maior qualidade na Educação, buscando sempre o desenvolvimento e a melhoria da Educação a Distância no Ensino Superior.

3.2.2 – Os Associados

A UniRed conta com um número ilimitado de associados dividido-os em Fundadores e Institucionais. Os Fundadores são os participantes da Ata que constituiu a fundação da UniRed; já os Associados Institucionais são as Instituições Públicas de Ensino Superior que foram admitidas no Programa.

Para associar-se é necessário que seja uma Instituição Pública de Ensino Superior e deverá se candidatar de acordo com as exigências estabelecidas pelo

⁴³ Estatuto Social da Associação Universidade em Rede. Disponível em http://www.unirede.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=53. Acessado em 13/10/09.

Conselho de Representantes. A aprovação depende da candidatura, da sua aprovação no Comitê de Coordenação Política e do pagamento da primeira anuidade.

Dentre os direitos dos associados institucionais estão: poderá votar e receber votos para os cargos eletivos; poderá enviar propostas referentes as finalidades da UniRed; acesso livre aos serviços e as instalações da UniRed; o direito de recorrer ao CR quando julgar que as decisões da presidência não estão de acordo com os seus direitos; e participar dos eventos organizados pela UniRed respeitando os critérios para o mesmo.

Os associados também possuem deveres, são eles: deverá cumprir os regimentos, regulamentos e o estatuto; obedecer as decisões estabelecidas pelo CR e pela Presidência; deverá contribuir financeiramente, de forma anual, com o Conselho de Representantes; quando for solicitado deverá participar dos trabalhos e atividades que a UniRed esteja desenvolvendo; indicar quem irá ser seu representante e seu suplente no Conselho de Representantes; e atualizar suas informações junto ao CCP, informando os resultados obtidos em seus projetos desenvolvidos e que estejam em andamento.

3.2.3 – Estrutura Organizacional

A UniRed é dividida em 5 órgãos administrativos onde cada um possui suas competências. São eles: Conselho de Representantes; Comitê de Coordenação Política; Presidência; Secretaria Executiva; Conselho Fiscal.

O Conselho de representantes é formado por um presidente da UniRed e por um representante de cada instituição Pública de Ensino Superior que é associada ao Programa. Dentre suas funções está a assistência ao Presidente nas suas atribuições e a discussão e votação dos assuntos abordados na pauta e que são referentes aos objetivos da associação.

CCP – Comitê de Coordenação Política, será formado pelo Presidente e vice-presidente da UniRed, pelos membros do conselho de representantes de cada região, um representante das instituições federais, um representante das instituições estaduais e um representante da educação tecnológica. Suas funções são divididas da seguinte forma: Membros do CCP – Representará a sua região junto a Presidência e deverá, quando solicitado pela presidência, representar a UniRed;

CCP – irá coordenar com a Presidência as políticas e as ações que foram definidas pelo CR e definirá as diretrizes para o planejamento e o desenvolvimento das ações de ordem administrativa e técnica da UniRed.

A Presidência da Associação será exercida por um presidente e por um vice-presidente e o mandato será de 2 anos. O presidente deverá fazer o planejamento, a direção e o controle de todos os serviços e atividades que a UniRed desenvolve, deverá, também, representá-la de forma ativa e passiva em juízo ou fora dele. Quanto ao vice-presidente compete representar o Presidente quando o mesmo não puder comparecer por motivos de faltas ou de impedimentos legais.

SE- Secretaria Executiva terá como responsável o secretário Executivo eleito pelo Presidente e aprovado pelo Comitê de Coordenação Política. Suas funções serão determinadas pelo Presidente e deverá apoiar às atividades da Presidência e do CCP. Essas atribuições são descritas pelo Regimento Interno da seguinte forma:

Artigo 31º – À Secretaria Executiva compete:

- a) apoiar as atividades da Presidência e do Comitê de Coordenação Política
- b) coordenar os serviços da Secretaria;
- c) manter atualizado o cadastramento dos associados;
- d) supervisionar a comunicação e correspondência com os associados, com as associações e entidades relacionadas e a imprensa;
- e) administrar o patrimônio da UniRede naquilo que lhe for atribuído pelo Presidente;
- f) assessorar o Presidente na administração financeira da UniRede;
- g) supervisionar a cobrança das anuidades, taxas e outros meios de arrecadação;
- h) auxiliar o Presidente na elaboração da previsão orçamentária;
- i) elaborar o Relatório e Balanço anuais;
- j) apoiar e assessorar a UniRede para a consecução de seus objetivos.⁴⁴

Por fim, temos o Conselho Fiscal que é formado por três membros escolhidos pelo CR: um presidente e dois vogais. Sua função será a de controlar as ações financeiras da Associação.

3.3 – CEDERJ

Criado em 1999 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, o CEDERJ surge formando um consórcio das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro.

⁴⁴ Regimento da Associação Universidade em Rede, Artigo 31. Disponível em http://www.unirede.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=55. Acessado em 13/10/09.

Atualmente é formado por 6 Universidades: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Federal Fluminense – UFF; e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Seu principal foco era aumentar o acesso ao ensino superior público tendo como prioridade o interior do Estado do Rio de Janeiro. Para tornar isso possível, utilizou a educação a distância juntamente com as Universidades consorciadas.

Zela pela qualidade dos cursos e para que isso ocorra as Universidades consorciadas devem manter a mesma qualidade dos cursos oferecidos presencialmente. Sues cursos formam pessoas autônomas, ativas e construtores de uma sociedade mais solidária.

3.3.1 – Objetivos

O CEDERJ busca aumentar a oferta da Educação Superior Pública no Estado do Rio de Janeiro, formando alunos que sejam transmissores do conhecimento. Em seu site encontramos de forma clara a descrição de seus objetivos, que são:

- contribuir para a interiorização do ensino superior público, gratuito e de qualidade no Estado do Rio de Janeiro;
- concorrer para facilitar o acesso ao ensino superior daqueles que não podem estudar no horário tradicional;
- atuar na formação continuada, a distância, de profissionais do Estado, com atenção especial para o processo de atualização de professores da rede estadual de Ensino Médio;
- aumentar a oferta de vagas em cursos de graduação e pós-graduação no Estado do Rio de Janeiro.⁴⁵

Para que tais objetivos sejam alcançados são utilizados sistemas de transmissão e avaliação de conhecimentos, que ora são feitos presencialmente e ora são feitos a distância. Utiliza-se, também, matérias impressos e tecnológicos, aulas em laboratórios, avaliações e professores presenciais e a distância.

⁴⁵ http://www.cederj.edu.br/fundacaocecierj/exibe_artigo.php. Acessado em 13/10/09.

3.3.2 – Avaliação

A avaliação é padronizada para todos os cursos de graduação, permitindo sua variação de acordo com as características da disciplina em questão. É composta por exercícios de auto-avaliação; avaliações a distância; avaliações presenciais; e avaliação suplementar presencial, quando necessário. Descrevo, abaixo, cada uma delas:

- Exercícios de auto-avaliação – Os alunos realizam testes ou exercícios avaliativos, que são disponibilizados no final dos cadernos didáticos. Seu objetivo é que cada aluno faça uma auto-avaliação do seu aprendizado e para isso são estimulados a interagir com seus professores e com os outros alunos durante a resolução dos exercícios.
- Avaliação a distância – São realizadas duas avaliações a distância que compõem notas. Busca-se nestas avaliações, estimular o trabalho coletivo e para tal os alunos realizaram trabalhos desenvolvidos em grupo, sempre que possível.
- Avaliação presencial – A cada semestre ocorrem duas avaliações presenciais que são aplicadas nos Pólos Regionais. Juntamente com a avaliação os alunos preenchem um questionário de avaliação de todo o processo de ensino.

Notamos que os instrumentos utilizados impõem uma disciplina do aluno e ao mesmo tempo em que ele é um estudante autônomo também é incentivado a trabalhar coletivamente interagindo com seus professores e com os seus colegas de turma.

3.3.3 – Material Didático

É disponibilizado ao aluno o material impresso e digital, dessa forma ele poderá estudar através da sua apostila e através de meios tecnológicos que juntos propiciam uma aprendizagem autônoma.

Sua linguagem é de fácil entendimento e é composto por orientações que buscam esclarecer possíveis dúvidas e ajudar os alunos a aproveitarem da melhor maneira possível o seu estudo realizado a distância.

O estudante possui acesso a plataforma CEDERJ, que nada mais é do que o ambiente online que será usado no processo de estudo a distância. Para acessá-lo é preciso estar conectado a internet. Além de ter acesso ao conteúdo do curso, nesta plataforma serão oferecidos recursos pedagógicos, são eles:

“vídeos, animações, simulações, links, atividades interativas; opções de navegação linear e não-linear; interatividade com professores, tutores, alunos, convidados; biblioteca virtual e todo o conteúdo da Web à disposição; possibilidade de desenvolvimento de autonomia e mais facilidade na busca de informação”.⁴⁶

Esses recursos buscam oferecer diversas alternativas para o acesso às informações, possibilitando que seus alunos tenham acesso não só ao material impresso com que estamos acostumados, mas tenham acesso as tecnologias utilizando-as no seu aprendizado.

Além de todos os recursos utilizados, sejam eles impressos ou digitais, existe também uma infra-estrutura de atendimento que pode ocorrer de forma presencial, no seu pólo de origem, ou à distância.

3.3.4 - Pólos

Os alunos matriculados nos cursos do CEDERJ contam com um pólo presencial que serve como um espaço físico para a realização das atividades presenciais obrigatórias.

A matrícula do estudante é feita em uma Universidade do consórcio de acordo com o curso escolhido e da região em que mora. Dessa forma ele não precisará sair de sua cidade para cumprir a carga horária presencial.

Atualmente é composto por 32 pólos e de 9 cursos, como podemos observar na tabela abaixo:

Quadro 7 – Polos e cursos do CEDERJ

PÓLOS	CURSOS
Angra dos Reis	Administração

⁴⁶ http://www.cederj.edu.br/fundacaocecierj/exibe_artigo.php. Acessado em 13/10/09.

	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Física Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia Lic. em Química Lic. em Turismo Tec. em Sistemas de Computação
Barra do Pirai	Lic. em Pedagogia Tec. em Sistemas de Computação
Belford Roxo	Lic. em Pedagogia Tec. em Sistemas de Computação
Bom Jesus do Itabapoana	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia
Campo Grande	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Física Lic. em Matemática
Cantagalo	Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia Lic. em História
Duque de Caxias	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Física Lic. em História Tec. em Sistemas de Computação
Itaguaí	Lic. em Pedagogia Tec. em Sistemas de Computação
Itaocara	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia
Itaperuna	Administração Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Física Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia Tec. em Sistemas de Computação
Macaé	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Física Lic. em Matemática
Magé	Administração Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia
Miguel Pereira	Lic. em Matemática Lic. em História Lic. em Pedagogia
Maracanã	Lic. em Pedagogia
Natividade	Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia
Niterói	Lic. em Pedagogia Tec. em Sistemas de Computação
Nova Friburgo	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Pedagogia
Nova Iguaçu	Lic. em Ciências Biológicas

	Lic. em Física Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia Tec. em Sistemas de Computação
Paracambi	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Física Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia Lic. em Química
Petrópolis	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia
Pirai	Administração Lic. em Ciências Biológicas Lic. em História Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia Lic. em Química Tec. em Sistemas de Computação
Quatis	Administração
Resende - FAT/UERJ	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Pedagogia
Resende - Centro	Administração Lic. em História Lic. em Matemática Lic. em Turismo
Rio Bonito	Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia Tec. em Sistemas de Computação
Rio das Flores	Administração Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia Tec. em Sistemas de Computação
Santa Maria Madalena	Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia
São Fidélis	Administração Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia Lic. em Química Tec. em Sistemas de Computação
São Francisco de Itabapoana	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia
São Gonçalo	Administração Tec. em Sistemas de Computação Lic. em Turismo Lic. em Química
São Pedro da Aldeia	Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia
Saquarema	Administração Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia

	Lic. em Turismo Tec. em Sistemas de Computação
Três Rios	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Física Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia Tec. em Sistemas de Computação
Volta Redonda	Lic. em Ciências Biológicas Lic. em Física Lic. em Matemática Lic. em Pedagogia Tec. em Sistemas de Computação

3.4 – UAB

O Sistema Universidade Aberta do Brasil, UAB, foi criado em 2005 pelo Ministério da Educação e em 2006 foi oficializado pelo Decreto nº 5.800 “como um consórcio de Instituições públicas de Ensino Superior, Estados e Municípios, coordenado pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação”.⁴⁷

Em 2005 foi lançado o primeiro edital que objetivava a escolha dos pólos de apoio presenciais e os cursos que seriam oferecidos pelas universidades federais. Os cursos deveriam ser focados na formação de professores.

Seu segundo edital, publicado em 2006 e ampliava a sua oferta. Era destinada não somente para as universidades Federais, agora as universidades estaduais e municipais e CEFET’s poderiam propor cursos focados na formação de professores e na administração pública. Os municípios e governos de estado também deveriam enviar suas propostas para criação de pólos presenciais.

De acordo com o site da UAB, em 2007 já estavam funcionando 291 pólos educacionais e com isso foram abertas 46 mil vagas no Ensino Superior. Pretende-se que em 2010 estejam funcionando mais de mil pólos e que sejam abertas 300 mil vagas na Educação Superior.

3.4.1 – Objetivos

A Prioridade da UAB é a formação de professores para a Educação Básica, oferecendo dessa forma cursos em nível Superior para capacitá-los. Utiliza a

⁴⁷ MAIA, Carmem e MATTAR, João. **ABC da EaD: A educação a distância hoje**. 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p. 43.

Educação a Distância como uma forma de expandir a Educação Superior e de ampliar o acesso ao Ensino Superior Público.

De acordo com o Decreto 5.800/06, seus objetivos são:

- I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II – oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III – oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV – ampliar o acesso à educação superior pública;
- V – reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI – estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII – fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.⁴⁸

3.4.2 – Como Funciona

A UAB utiliza as universidades públicas para expandir o ensino nos municípios que não possuem cursos de formação superior ou que possuem mais os mesmos não são suficientes para suprir todos os cidadãos.

Cada município que deseja ofertar os cursos a distância deverá montar um pólo presencial com os requisitos exigidos: laboratórios de informática, biologia, química e física; bibliotecas e tutores que deverão ficar a disposição dos alunos. No que se refere ao material didático e pedagógico e aos cursos, serão de responsabilidade das Instituições públicas de ensino superior.

O processo seletivo é realizado através de vestibular, tendo como exigência que o candidato possua o Ensino Médio. Ao término do curso o aluno receberá um diploma equivalente aos cursos de graduação presencial que será emitido pela Instituição de Ensino Superior que ofertou o curso.

3.4.3 – Estrutura

A Estrutura da UAB é de responsabilidade das Instituições de Ensino e dos Pólos de Apoio Presencial. O primeiro é responsável pela oferta dos cursos,

⁴⁸ DECRETO nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acessado em 15/10/09.

processos seletivos e visita os pólos para oferecer as disciplinas presenciais contidas na carga horária exigida pela LDB. Já os pólos são responsáveis pela disponibilização do espaço físico aos alunos da sua região e deverá ter uma infraestrutura necessária para o estudante da educação a distância.

Temos ainda os sujeitos envolvidos em todos esses processos como podemos observar abaixo:

- Coordenador da UAB na IES e Coordenador Suplente: são responsáveis pelas atividades administrativas, pela coordenação dos cursos oferecidos e pelo gerenciamento dos contatos entre o MEC e os Pólos;
- Tutor a Distância: oferecem o suporte necessário aos alunos;
- Professores: Realizam as aulas no espaço virtual e comparecem ao pólo nas aulas presenciais;
- Coordenador do pólo: é responsável pelo curso que está sendo oferecido no seu pólo, pela manutenção do espaço físico e é quem estabelece o contato entre o coordenador da UAB presente na IES e o MEC;
- Alunos: realizam o curso através das tecnologias, utilizam o pólo para estudar, realizar pesquisas e para assistir as aulas presenciais;
- Tutor presencial: é responsável por apoiar os alunos presencialmente, tirando dúvidas que possam vir a surgir;
- Professor Pesquisador: desenvolve pesquisas relacionadas a educação a distância focando na UAB;
- Professor Conteudista: Apóia o professor na elaboração dos conteúdos do curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um estudo bibliográfico sobre a história da educação a distância no Brasil, podemos perceber que seu surgimento em nosso País é muito recente se comparado a outros países. Passou por momentos de sucessos e de “dificuldades” ocasionados pela falta de políticas públicas para essa modalidade.

Usada a principio como uma forma de suprir as necessidades da educação, oferecendo acesso àquelas pessoas que não possuíam condições de freqüentar uma sala de aula presencial ou em outros casos para cumprir com as determinações que a Lei exigia, foi ganhando espaços cada vez maiores.

Teve um importante papel na formação de professores, que precisavam ter uma formação mínima do ensino médio para poderem atuar na educação infantil. Sendo assim, a EaD buscava oferecer um ensino superior público e de qualidade para os profissionais que atuavam na educação básica pública.

Sua história é cercada de projetos importantes para o desenvolvimento dos profissionais, mas enfrentou diversas resistências e críticas de pessoas que julgavam a EaD como um ensino de baixa qualidade.

Com o avanço dos meios de comunicação e das tecnologias, foi ganhando mais adeptos e se propagando. Fatores esses que influenciam diretamente a EaD, pois através deles a educação chegou a lugares nunca antes alcançados e diminuiu a distância entre o professor e o aluno.

Esse crescimento se confirma em um estudo realizado pela AbraEAD⁴⁹, que nos revela que o número de alunos desta modalidade cresceu nos últimos três anos cerca de 213% revela ainda que o número de instituições credenciadas subiu 54,8%.

Com esse crescimento enorme da EaD, podemos perceber que seu objetivo inicial mudou. Se antes ela era vista como uma alternativa ou como uma forma de suprir a defasagem dos trabalhadores, hoje ela se apresenta como uma educação de qualidade sem o caráter de suprir as necessidades que a educação apresentava.

É interessante notar que a sua importância foi tão significativa na educação, através de excelentes programas criados, que passou a ser reconhecida por lei como uma modalidade de ensino e recebeu grandes incentivos para que se pudesse disseminar cada vez mais um ensino de qualidade.

⁴⁹ Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância, 2008, p.15. Disponível em http://www.abraead.com.br/anuario/anuario_2008.pdf. Acessado em 05/12/09.

Muitas conquistas estão sendo alcançadas e muitos setores estão aderindo a essa modalidade, como por exemplo, a educação corporativa e os treinamentos realizados por algumas empresas. Mas é importante frisar que ainda temos um caminho muito grande pela frente até vencermos as resistências que a EaD ainda encontra.

Muito ainda pode ser feito pela educação a distância no Brasil, mas para isso é importante que seus pilares estejam em constante estudo e busca por aperfeiçoamento. Buscando, dessa forma, que a EaD seja cada vez mais reconhecida como uma modalidade educacional de qualidade e importante para a formação educacional de nosso país.

REFERÊNCIAS

Livros

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

GOUVÊA, Guaracira e OLIVEIRA, Carmem Irene. **Educação a Distância na Formação de Professores**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

LANDIM, C. M. F. apud PIMENTEL, Nara Maria. **Introdução à Educação a Distância**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.

LITTO, Frederic M. e FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Ed Pearson, 2009.

MAIA, Carmem e MATTAR, João. **ABC da EaD: A educação a distância hoje**. 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MOORE, M. e KEARSLEY, G. **Distance education: a systems view**. Belmont (USA): Wadsworth Publishing Company, 1996.

VILLARDI, Raquel e OLIVEIRA Eloíza Gomes de. **Tecnologia na educação: Uma Perspectiva Sócio-Interacionista**. Rio de Janeiro: Dunya, 2005.

Dicionário

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Niva Fronteira, 1986.

Dissertação de mestrado

ARAÚJO, Isaias Luis Júnior. **Gestão Legal da Educação a Distância no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

Doutorado

ROCHA, Simone Albuquerque da. **Os professores leigos e o PROFORMAÇÃO: uma alternativa possível a partir do projeto piloto de Mato Grosso**. Marília, SP: 2001.

Meio eletrônico

Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância, 2008, p.11. Disponível em http://www.abraead.com.br/anuario/anuario_2008.pdf. Acessado em 05/12/09.

DECRETO nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D2494.htm. Acessado em 13/09/09

DECRETO nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Artigo 2. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acessado em 13/09/09

DECRETO nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Artigo 3. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acessado em 13/09/09.

DECRETO nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acessado em 15/10/09.

Estatuto Social da Associação Universidade em Rede. Disponível em http://www.unirede.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=53. Acessado em 13/10/09.

FREITAS, Kátia Siqueira de. **Um panorama geral sobre a história do ensino a distância**. P. 62. Disponível em <http://www.proged.ufba.br/ead/EAD%2057-68.pdf>. Acessado em 22/11/09.

GARCIA, Walter Esteves. **A Regulamentação da Educação a distância no Contexto Educacional Brasileiro**, 2000, p. 71. Disponível em HTTP://www.nead.ufmt.br/documentos/A_regulamentacao_EAD_Garcia_I04.doc. Acessado em 05/12/09.

<http://www.institutomonitor.com.br/>. Acessado em 29/11/09.

<http://www.telecurso2000.org.br/telecurso/index.html#/main.jsp?lumPageld=40288187141C7E3201141CBAC4D40CB3>. Acessado em 27/11/09.

http://www.unirede.br/index.php?option=com_content&view=article&id=43&Itemid=27. Acessado em 12/10/09.

<http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/objetivos.asp>. Acessado em 12/10/09.

http://www.cederj.edu.br/fundacaoocierj/exibe_artigo.php. Acessado em 13/10/09.

LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Artigo 80. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acessado em 13/09/09.

Regimento da Associação Universidade em Rede, Artigo 31. Disponível em http://www.unirede.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=5
5. Acessado em 13/10/09.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH
Escola de Educação – EE

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Larissa de Britto Matos

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

ORIENTADOR(A): Guaracira Gouvêa de Sousa

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Carmen^N Irene C. OLiveira

Nota : (8,5)

Considerações:

O trabalho apresenta coerência tendo em vista o que é objetivado e o que é desenvolvido. A parte de legislação é bem desenvolvida por meio de comentários avaliativos. As considerações finais encerram adequadamente a pesquisa.

Algumas observações em vistas a uma possível correção devem ser feitas:

- 1) Há momentos nos quais informações históricas e descritivas nos apresentam fontes. Por ex. item 1.2 apresenta uma descrição das características da EAD sem apresentar os autores adotados: no início do capítulo II as primeiras informações sobre o início da EAD, também nos apresentam as fontes.
- 2) É necessária uma revisão gramatical e uma revisão das referências com base na ABNT.

DATA: 15 de dezembro 2009

Assinatura:

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: **Guaracira Gouvêa de Sousa**

Nota: 10,0

Considerações:

As tarefas foram feitas e implementadas
a estudante realizou um bom estudo
sobre EAD, considero que deve receber
a nota máxima 10,0.

Data: 12-12-09

Assinatura: Guaracira Gouvêa de Sousa

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Média final
8,5	10,0	9,5

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2009

Guaracira Gouvêa de Sousa
Prof. Orientador